

CAPITALISMO ACADÊMICO E A COMPETIÇÃO ALIENANTE ENTRE PROFESSORES-PESQUISADORES NOS *RANKINGS* DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

EVERTON HENRIQUE ELEUTÉRIO FARGONI

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

AFRÂNIO MENDES CATANI

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

RESUMO: Este artigo explora a influência da lógica do capitalismo acadêmico e dos rankings internacionais na estrutura e funcionamento da educação superior brasileira. Analisa a crescente mercantilização do conhecimento e a intensificação da competição científica, fenômenos que são impulsionados pela predominância financeira. O estudo destaca a centralidade das grandes editoras acadêmicas no mercado editorial global e explora sua relação intrínseca com os rankings acadêmicos. A conclusão do artigo indica que a predominância financeira está progressivamente inserindo as universidades estatais brasileiras no circuito do capitalismo acadêmico, desafiando sua autonomia institucional e alienando seus pesquisadores sob a intensificação do trabalho para a produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Predominância Financeira; Rankings Acadêmicos; Universidade Brasileira.

INTRODUÇÃO

Examinar as razões por trás do aumento nos debates sobre os *rankings* internacionais de educação superior apresenta um desafio notável. A discussão deste tópico no contexto brasileiro, considerando as demandas do atual modo capitalista de predominância financeira, torna-se uma tarefa ainda mais complexa, impossível de ser totalmente abordada em um único texto. No entanto, é precisamente este desafio que pretendemos enfrentar aqui, pelo menos em seus aspectos mais amplos, explorando a ideia central de que a predominância financeira provoca mudanças significativas na organização dos rankings acadêmicos e, conseqüentemente, no trabalho do pesquisador.

Nesse contexto, nossas reflexões iniciam no entendimento do significado de capitalismo acadêmico, posteriormente a influência dos *rankings* acadêmicos internacionais na educação superior brasileira. Contudo, a análise que propomos se baseia em uma realidade onde certas especificidades, quando combinadas, resultam na visão alienada do próprio trabalho (cf. Marx, 2004). Com esse objetivo, levaremos em consideração as categorias “produção de conhecimento” e “ranqueamento”, alinhadas ao tema “educação superior”, para examiná-las sob algumas perspectivas teóricas e na

realidade cotidiana da universidade estatal brasileira, onde a pesquisa nacional é predominante¹.

Desta forma, na primeira seção deste artigo, nosso objetivo é discutir o processo de mundialização do capital, fundamentado na lógica da predominância financeira estabelecida no Estado. Nesse contexto, substanciaremos questões relevantes, incluindo a mercantilização do conhecimento e o produtivismo acadêmico sob a perspectiva neoliberal. Na segunda parte, o foco recai sobre a tendência das universidades públicas brasileiras em buscar posições mais elevadas nos *rankings* acadêmicos.

Nos aspectos políticos e econômicos, destacamos as contribuições de Marginson (2016) e Silva Jr e Fargoni (2019). Eles afirmam que a produção de conhecimento está sendo cada vez mais incorporada pelo capital financeiro, sendo tratada como uma mercadoria. Adicionalmente, destacamos, como fizeram Knight (2004) e Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018), que os *rankings* internacionais empregam o “produto” do conhecimento como um elemento-chave impulsionador nos critérios de classificação.

Essa influência dos *rankings* acadêmicos internacionais na produção de conhecimento no Brasil é um fenômeno que pode ser interpretado como uma forma de alienação e dependência. Os *rankings* são elaborados por instituições situadas em países com hegemonia econômica, que favorecem determinados tipos de pesquisa, publicação e financiamento, que nem sempre estão alinhados às necessidades e realidades dos países periféricos. Os pesquisadores brasileiros, na tentativa de se adequar aos critérios, podem se distanciar de seu trabalho original, perdendo a autonomia e a criatividade, e tornando-se dependentes das demandas e critérios estabelecidos pelos *rankings*.

Portanto, este texto é um estudo de caráter exploratório. Focando em evidências e questões convergentes para a compreensão do tema. Para isso, adotamos uma abordagem analítica que combina aspectos teóricos e factuais.

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO ACADÊMICO

As transformações mais recentes no capitalismo deram origem a um novo modelo de acumulação global, permitindo a livre circulação de capitais em escala mundial. Este processo, conhecido como mundialização do capital e liderado pelos Estados Unidos, resultou na expansão de grupos industriais e financeiros privados. Estes grupos formaram oligopólios globais, exercendo uma forte influência sobre as políticas e instituições dos Estados nacionais (Chesnais, 1996, p. 13).

Chesnais (1996) salientou que este processo evoluiu em três dimensões principais: comércio internacional, investimento produtivo estrangeiro e fluxos de capital monetário, também conhecido como capital financeiro. Durante o curso histórico em que este processo se formou, observamos uma acumulação de capital sem precedentes, resultando em uma crise estrutural do capitalismo e prolongadas recessões.

Neste cenário, em consonância com o avanço do neoliberalismo global, os capitalistas exploraram novas formas de valorização, buscando um consenso comum e assumindo as direções da Esfera Pública. Para alcançar isso, focaram na expansão das

operações financeiras especulativas, subordinando as decisões de investimento produtivo aos critérios de rentabilidade financeira. Além disso, buscaram a desregulamentação e a liberalização dos mercados financeiros, centralizando o capital financeiro nas mãos de um número limitado de agentes, como bancos, fundos de pensão, fundos de investimento e seguradoras (cf. Chesnais, 1996).

A partir desta combinação de operações, Chesnais (1996, p. 15) definiu que a predominância financeira se tornou a forma reguladora da mundialização do capital. Esta assumiu um papel central e autônomo em relação ao capital produtivo. Nesse regime, o “capital monetário e financeiro [...] adquiriu uma autonomia real em relação ao capital aplicado na produção de bens e serviços”, determinando “formas e os ritmos da acumulação, tanto no plano nacional como no plano internacional” (Chesnais, 1996, p. 15).

Considerando que isso teve impacto significativo nas mudanças das Esferas Públicas globais, exemplarmente no Brasil por meio da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado, Silva Jr. (2017) enfatiza que a predominância financeira teve um profundo reflexo na educação superior, particularmente na pesquisa acadêmica. A lógica do mercado e da rentabilidade passou a direcionar a atividade acadêmica, subordinando-a aos interesses e demandas do capital financeiro. Para Silva Jr. (2017, p. 36) a cultura e a organização das universidades sofreram transformações, adotando “modelos gerenciais e empresariais de gestão, avaliação e financiamento”.

A maioria da produção de conhecimento passou a ser condicionada aos interesses de grandes corporações, estas que identificaram os centros de pesquisa como berços de “mentes inovadoras”. O cientista, mesmo imerso na crítica e na visão humanística dos processos que compõem a sociedade civil, não escapa dessas imposições. Seu trabalho é inevitavelmente confrontado com o de seus pares. Esse imperativo é reflexo das determinações do capital financeiro na organização da “nova” universidade brasileira.

A mercantilização do conhecimento é outra consequência direta dessas interferências do capital. Ao converter o conhecimento em uma mercadoria, submetida às leis do mercado e da propriedade intelectual, o conhecimento perde seu valor social e cultural, adquirindo um valor econômico e comercial.

A mercantilização do conhecimento e a subordinação da pesquisa nacional ao capital financeiro têm implicações negativas para a autonomia e a qualidade das universidades públicas brasileiras. Essas implicações se manifestam na perda da função social das universidades, na desvalorização das áreas de conhecimento não rentáveis, na alienação dos processos de produção do conhecimento, na deterioração das condições de trabalho dos docentes e pesquisadores e na fragilização da democracia e da participação na gestão universitária (Sguissardi; Silva Jr., 2009, p. 15).

No âmbito estatal, onde a maior parte da pesquisa brasileira é conduzida, as universidades possuem autonomia para integrar projetos com a iniciativa privada. Esta é uma prática comum na atualidade e nos caminhos da inovação, e consideramos essa colaboração um elemento inseparável. Um exemplo notório configura-se na produção

de patentes, que tem como objetivo a proteção e a exploração econômica do conhecimento, em detrimento de sua disseminação e uso social.

Após avaliarem o crescimento do patenteamento em universidades e seus efeitos sobre a pesquisa acadêmica europeia, Geuna e Nesta (2006), destacam que embora as patentes desempenhem um papel crucial na proteção da propriedade intelectual e no incentivo à inovação, há preocupações sobre os possíveis impactos negativos dessa prática. Para os pesquisadores, as políticas que promovem o patenteamento podem desviar a atenção dos pesquisadores, afetando a qualidade da pesquisa e, conseqüentemente, o ensino e a formação de pesquisadores em instituições de ensino superior.

Murray e Stern (2007), juntamente com Kishi (2020), sustentam a hipótese de que a universalidade da pesquisa científica, vista como um meio de exploração para toda a humanidade, é comprometida pela busca incansável das universidades por patentes. Além disso, essa busca também é motivada pelo desejo de alcançar posições elevadas em *rankings* acadêmicos. Essas concessões, limitam a disseminação do conhecimento, criando um ambiente acadêmico restritivo, onde a colaboração e a inovação são potencialmente sufocadas. Eles enfatizam que “a mudança nas regras do jogo para a cooperação científica, impulsionada pelas patentes, reforça a cultura de competição em vez de colaboração” (Murray; Stern, 2007, p. 33).

Os centros de pesquisa acadêmicos estão aderindo diretamente essas imposições do capital financeiro, resultando em combinações específicas, como o estímulo à pesquisa lucrativa, restrições de acesso, pressão institucional e os impactos na disseminação do conhecimento. No cerne desse nexos, as patentes têm o potencial de orientar os pesquisadores para áreas de estudo com maior viabilidade econômica, em vez de áreas com impacto social mais significativo. Isso ocorre porque as patentes proporcionam aos pesquisadores e suas instituições a oportunidade de lucrar com suas inovações, deslocando o foco das pesquisas de relevância social para aquelas com maior retorno financeiro.

Segundo Meyer (2013), o crescimento do patenteamento proveniente de pesquisas não necessariamente implica em uma transferência de conhecimento mais eficaz ou em benefícios substanciais para a sociedade. A ênfase desmedida na produção de patentes pode resultar em atrasos na publicação dos resultados da pesquisa, comprometendo a disseminação do conhecimento científico. Este é um aspecto basilar para uma abordagem equilibrada que considere os impactos e as implicações do patenteamento, assegurando que as políticas e práticas implementadas realmente fomentem a inovação e o progresso do conhecimento, sem prejudicar a qualidade da pesquisa e do ensino acadêmico.

Também conhecidas como “ciências de transferência”, as patentes representam um campo que facilita a transferência de conhecimento e tecnologia entre a academia e a indústria, reforçando a presença do capitalismo dentro das universidades. No entanto, elas enfrentam um desafio considerável no contexto do mercado capitalista, onde a pressão por resultados imediatos e lucrativos entram em conflito com os objetivos de longo prazo da pesquisa acadêmica.

Blume (1990) frequentemente criticava, em relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde a década de 1980, que a ênfase na produção de patentes comprometeria a cultura da ciência aberta. Essas questões destacam um dilema central nas ciências de transferência dentro do sistema capitalista, onde a busca por lucro pode entrar em conflito com os princípios da pesquisa acadêmica.

Nessa ordem de nexos causais, mostram como a influência do capital financeiro é notória na busca por recursos financeiros privados e na comercialização da produção intelectual nas universidades. Antunes (2020) argumenta que o trabalho imaterial, caracterizado pela interação crescente entre trabalho e ciência, é um dispositivo emergente no capitalismo contemporâneo. Este tipo de trabalho, que inclui a produção de conhecimento e a subjetividade, está sendo cooptado pelo capital financeiro como uma forma de produção de valor.

Nesse cenário, onde o capital financeiro busca controlar e comandar digitalmente toda a cadeia de valor, a dedicação em ampliar as inteligências artificiais, a automatização e a robotização dos processos produtivos são cada vez mais comuns. Este movimento intensifica a exploração do trabalho intelectual, transformando-o em uma mercadoria valiosa no mercado mundial.

Nesse contexto, as instituições de ensino superior encontram-se sob uma pressão crescente para gerar fundos. Isso é feito por meio da comercialização do conhecimento transformado em mercadoria, na prestação de serviços de consultoria e nos intentos de cobrança de mensalidades dos alunos. Essa tendência reflete a necessidade de adaptação a um modelo econômico cada vez mais orientado para o mercado, onde o conhecimento é visto como um ativo comercializável.

Outra protoforma, a transferência de tecnologia, é impulsionada por financiamentos privados e doações, numa interação cada vez mais intensa entre o meio acadêmico e o setor empresarial. Nesta pauta, a internacionalização das instituições de ensino superior e a valorização da pesquisa como fonte de receita são aspectos que descortinam a influência do capitalismo na estrutura, práticas de pesquisa e, conseqüentemente, no sistema educacional superior (Silva Jr, 2017). Esta é a novíssima interconexão entre o capitalismo global e academia como parte do setor econômico.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO INTENSIFICADO

Gaulejac (2007) argumentou que certas condições e métodos de trabalho podem levar a situações de mal-estar-social ou doença. Assim, introduziu o conceito de “quantofrenia” para descrever a tendência de avaliar o sistema econômico com base em indicadores quantitativos.

Esta quantofrenia se aplica em meio à mesma discussão, focal na dinâmica do trabalho dos pesquisadores. Para se manterem competitivos e acompanharem o ritmo acelerado das classificações e disputas por financiamento, os pesquisadores estão produzindo cada vez mais produtos científicos - como artigos, ensaios e consultorias. Essa produção intensiva, imersa em uma quantofrenia acadêmica, tem suas peculiaridades.

Um estudo conduzido pela equipe da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificou o trabalho intensificado na produção de cientistas da computação.

Para Moreira et al. (2023) essas descobertas revelam não apenas questões metodológicas e éticas, mas também aspectos relacionados à dinâmica do sistema capitalista que permeia a produção científica.

Com uso do *Scientometrics*, os autores identificaram um fenômeno de aumento expressivo de autores altamente produtivos nos cursos de ciência da computação. Em 2010, somente 1% dos pesquisadores do *Digital Bibliography & Library Project* (DBLP) publicaram mais de 19 artigos. Uma década depois, em 2020, esse percentual saltou para 6%, com 540 autores ultrapassando essa marca. Como caracterização classificatória no *ranking* entre os pesquisadores mais prolíficos nesta área, nota-se que o mais produtivo dentre eles viu sua produção anual subir de 37 artigos em 2010 para 127 em 2020.

Marx (2004) interpretaria a superficialidade como uma característica inerente ao trabalho intensificado de um pesquisador. Pois, este pesquisador, imerso na égide do neoliberalismo, alimenta incessantemente o sistema que o subjuga. Esse processo resulta em um ciclo vicioso de produção que pode ameaçar a profundidade e a qualidade do seu trabalho. Consequentemente, isso pode afetar seu papel nas relações sociais com seus pares, comprometendo a troca de conhecimento e a colaboração acadêmica.

Na perspectiva brasileira, a situação atual do trabalho intensificado nas universidades estatais pode ser analisada à luz da obra “Crítica à Razão Dualista” de Oliveira (2003). Neste trabalho seminal, Oliveira discutiu a dualidade intrínseca da economia brasileira, que se manifesta em um setor moderno (industrial e financeiro) coexistindo com um setor arcaico (agrário e informal). Esta dualidade econômica se reflete na proliferação de pesquisas científicas nas universidades públicas. A ciência, neste contexto, serve a um duplo propósito: avança o conhecimento e, simultaneamente, reforça as estruturas de poder existentes.

Neste Brasil de Oliveira, a mercantilização do conhecimento se transformou no oxigênio do pesquisador prolífico. O conhecimento, que originalmente é livre, está sendo progressivamente transformado em uma *commodity* em ampla velocidade e grande quantidade. As universidades, como espaços privilegiadas de produção de conhecimento, influenciadas por interesses comerciais, entregaram a questão do trabalho intensificado para o capital financeiro, um processo que Marx (2004) denominava de “acumulação”, que agora alimentam *rankings* e outras formas de competição.

Essa realidade diverge da essência da missão acadêmica, que idealmente deveria priorizar a busca pelo conhecimento em prol do bem comum, em vez de simplesmente sustentar *rankings* ou satisfazer demandas de mercado. A comercialização do conhecimento desvirtua os propósitos originais da educação superior. Reconhecemos que essa tendência é um reflexo da expansão global do capitalismo, que se infiltrou em todas as camadas da sociedade civil, comprometendo a autonomia intelectual.

Este fenômeno é descrito por Paulani (2008) como a “servidão financeira”. De acordo com a autora, essa dinâmica resulta no abandono de perspectivas de desenvolvimento e soberania, culminando na submissão do Brasil a interesses que não

FARGONI, E. H. E.; JÚNIOR, J. dos R. S.; CATANI, A. M.

refletem as necessidades da maioria da população. Como consequência, observamos a perda de autonomia das instituições de ensino e a subordinação do conhecimento produzido aos interesses do capital.

A COMPETIÇÃO ACADÊMICA COMO ARENA POLÍTICO-ECONÔMICA E DE *STATUS*

Conforme abordado em discussões anteriores, as universidades estatais brasileiras parecem estar enredadas em uma complexa armadilha econômica. Seus centros de pesquisa e pesquisadores operam, em muitos aspectos, como marionetes de um sistema que exerce influência significativa sobre as políticas institucionais, chegando ao ponto de direcionar o curso da pesquisa científica. Exemplarmente, no passado recente, embora o Projeto do Programa Future-se não tenha obtido sucesso em sua tramitação política, suas ideias fundamentais continuam a influenciar o cenário científico brasileiro de diversas maneiras.

Neste projeto, três categorias fundamentais emergiram como pilares das tentativas neoliberais de distanciar a universidade estatal da Esfera Pública: Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação; e, por último, a Internacionalização. Embora todas essas categorias tenham gerado controvérsias, a essência dessas ideias parece ter sido preservada e continua a influenciar os corredores acadêmicos.

A internacionalização, amplamente apreciada pela maioria da academia brasileira, estimula o intercâmbio de estudantes e professores com um foco em pesquisa aplicada. Esta não busca apenas a expansão do conhecimento, mas também atende às demandas do capital global. Estratégias como a promoção de disciplinas em plataformas online e a formação de parcerias com instituições privadas para a publicação de periódicos internacionais são empregadas com o objetivo de internacionalizar as universidades. No entanto, é importante considerar que essa internacionalização pode ser interpretada como uma resposta às pressões do mercado global.

As categorias mencionadas não representam meras alegorias do DNA das universidades estatais brasileiras, elas constituem elementos organizacionais e políticos que dinamizam as universidades estrangeiras reconhecidas como de "Classe Mundial" ou *World Class University*. Este conceito tem sido vinculado à excelência acadêmica e ao avanço da pesquisa científica.

Tal modelo de universidade foi amplamente disseminado pelo Banco Mundial em documentos direcionados à orientação de Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa. Jamil Salmi, autor que coordenou o eixo de Ensino Superior do Banco Mundial até a última década, destacava que a configuração "Universidade de Classe Mundial" tem "como objetivo desenvolver a capacidade necessária para competir no mercado global de ensino superior, através da aquisição e criação de conhecimento avançado" (Salmi, 2009, p. 17).

As universidades de classe mundial apresentam uma configuração intrincada e multifacetada. Elas se caracterizam pela incessante busca pela excelência acadêmica, realização de pesquisas de vanguarda, atração de talentos acadêmicos de renome internacional e aquisição de recursos substanciais. Adicionalmente, essas instituições são frequentemente avaliadas e classificadas com base em uma variedade de

indicadores de desempenho, que incluem a qualidade da pesquisa, inovação e reputação acadêmica.

Nessa conjuntura, o propósito subjetivo de competição entre as universidades de “Classe Mundial” tem gerado um cenário de intensa rivalidade acadêmica, que parece estar influenciando as universidades brasileiras a aderirem a um sistema de competição e ranqueamento. Este fenômeno, conforme apontado por Altbach e Salmi (2011), pode levar a uma homogeneização das instituições de ensino superior, comprometendo a diversidade e a pluralidade que são características fundamentais para a inovação e o avanço científico. No contexto brasileiro, essa tendência resulta na pressão excessiva por produtividade, em detrimento da qualidade e relevância das pesquisas realizadas.

Embora pareça que o cenário competitivo não seja facilmente percebido pela maioria dos pesquisadores, eles podem estar conscientes, mas optam por minimizar a sequência de eventos causais de uma suposta rivalidade entre universidades. Quando um novo *ranking* é divulgado ou atualizado, em vez de prevalecer a crítica sobre esse campo de disputa acadêmica, o que se vê são celebrações imediatas de professores-pesquisadores em várias redes sociais.

Do ponto de vista científico, este fenômeno pode ser a evidência concreta para afirmar que há uma alienação na expressão de sucesso do pesquisador ao se referir à universidade onde trabalha. No entanto, do ponto de vista sociológico e talvez psíquico, toda a carga de trabalho científico, ensino e extensão parece ser simplificada para uma sensação básica de vitória pessoal do pesquisador. Um fenômeno recorrente nas celebrações sobre a posição das universidades nos rankings nacionais e internacionais é o uso do termo “a minha universidade”, onde o pesquisador não expressa um sentimento coletivo e reduz um complexo sistema de trabalho a uma mera síntese de números e posições.

Certas particularidades são fundamentais na compreensão da formação das opiniões desses cientistas. Silva Jr (2023) destaca a forte presença e influência por meio do oligopólio das editoras científicas na formatação dos *rankings* acadêmicos internacionais. Ele enfatiza que sete das maiores editoras científicas globais - *Reed Elsevier, Thomson Reuters, Wolters Kluwer, Springer Nature, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis Group e Sage Publishing* - são cruciais na consolidação e sustentação deste oligopólio. Estas editoras, por meio de uma estratégia de fusões e aquisições de empresas menores e outras editoras, expandiram consideravelmente seus catálogos de revistas científicas, reforçando assim sua posição proeminente no mercado editorial científico.

A interseção entre o oligopólio das editoras científicas e os rankings acadêmicos internacionais se manifesta na influência direta que essas editoras exercem sobre os indicadores usados para avaliar as instituições de ensino superior. De acordo com Silva Jr (2023), os rankings adotados pelo Banco Mundial levam em conta uma variedade de critérios, incluindo citações gerais em periódicos de grande porte, reputação acadêmica, presença no mercado científico, citações por membro do corpo docente, proporção de professores-pesquisadores internacionalizados, prêmios, indexadores, entre outros aspectos. A presença em periódicos globais de grande porte, muitos dos quais são

propriedade desse oligopólio editorial, é um dos fatores-chave para a classificação e reconhecimento das instituições de ensino superior.

Um fato que reforça este oligopólio está na Portaria nº 120/2024 da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que promove a visibilidade da produção científica brasileira por meio do pagamento de Taxas de Processamento de Artigo (APC) para publicações em acesso aberto, destinando recursos públicos para editoras internacionais em um momento de cortes de financiamento e desemprego entre pesquisadores brasileiros. Essa alocação de recursos, embora bem-intencionada, pode ser vista como uma transferência de riqueza do Brasil para outros países, criando uma disparidade potencial, pois os recursos são direcionados para publicações em vez de serem investidos diretamente nos pesquisadores e suas pesquisas.

Desta forma, a concentração do capital e do poder editorial nas mãos dessas grandes editoras não apenas influencia os critérios e indicadores dos *rankings* acadêmicos, mas também impacta diretamente o esquema de produção e circulação do conhecimento científico. Na análise de Silva Jr (2023), o autor destaca a magnitude do fluxo financeiro no mercado editorial. As receitas totais das sete maiores editoras ultrapassaram um marco impressionante: a cifra de US\$ 20 bilhões em 2020. Esta rentabilidade expressiva do comércio científico espelha a supremacia dessas editoras no panorama acadêmico global, expondo a centralidade do oligopólio editorial, que está intrinsecamente ligado aos *rankings* internacionais de universidades.

A CORRIDA DAS UNIVERSIDADES ESTATAIS BRASILEIRAS NOS *RANKINGS* ACADÊMICOS

Ao longo das discussões apresentadas, a universidade pública brasileira parece estar imersa em um ambiente onde a quantofrenia já se estabeleceu. Não é nosso objetivo destacar especificamente quais áreas estão mais alinhadas com a noção de um capitalismo acadêmico, pois as motivações que permeiam os estudos das ciências humanas ou das ciências exatas são multifacetadas. A pesquisa nacional, com sua competência reconhecida, tem a capacidade de enriquecer todos os campos do conhecimento humano com discussões, soluções e novos saberes.

A fusão das teorias aqui contempladas com o contexto global de competição em variados campos de trabalho, evidencia que existe uma lógica inerente no panorama da ciência brasileira. Entretanto, quando uma determinada razão possui a capacidade de alterar a realidade estrutural de instituições e segmentos, seja no atendimento ou na submissão a um poder econômico, as relações humanas são objetificadas em um processo de geração de valor. Consequentemente, surge uma competição baseada no trabalho intelectual, que é orientado pelas forças de índices e posições de destaque.

Embora não nos aprofundemos no detalhado relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) atualizado em março de 2024, este documento serve como um exemplo elucidativo para compreendermos as celebrações alienadas que mencionamos anteriormente. Conforme o relatório, de um total de 1.998 instituições avaliadas, 27,7% atingiram as faixas mais elevadas do indicador. As instituições públicas federais se sobressaíram, com 94 das 111 avaliadas alcançando IGC 4 ou 5. Em

contrapartida, as instituições privadas com fins lucrativos, que constituem a maioria das avaliadas, registraram um aumento no número de instituições com IGC 3 e 4.

Os dados do relatório expressam o retrato público das universidades no Brasil. Todavia, apenas 2,7% das instituições brasileiras alcançaram a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC), numa clara disparidade de qualidade entre instituições públicas e privadas. Rivalidade especialmente impulsionada pela lógica capitalista de mercado, criando um ambiente de trabalho competitivo entre os pares.

Embora a competição possa inicialmente proporcionar um alívio perceptível ao acadêmico, particularmente quando a instituição à qual está associado se destaca proeminentemente nos *rankings* nacionais e internacionais, é crucial enfatizar que, neste cenário, o esforço material e imaterial é frequentemente minimizado a uma mera sensação de euforia. Nessa situação, o professor-pesquisador, na função de cientista, se torna alienado em relação ao produto de seu próprio trabalho, que é apropriado por terceiros e utilizado para propósitos que divergem dos seus interesses originais.

Nesse caso, os produtos de seu trabalho – o ensino, a pesquisa e o conhecimento que produz – são apropriados pela instituição e usado para competir em *rankings*. Esta situação pode levar à alienação do acadêmico, que se vê reduzido a um instrumento na competição por altas posições, em vez de um participante ativo na produção e disseminação do conhecimento. Hazelkorn (2013) destaca que ao celebrar os *rankings*, pode obscurecer a percepção clara de que a verdadeira missão de uma universidade transcende a mera competição.

Em outra escala de perspectiva, a colaboração entre as universidades estatais brasileiras e os centros de pesquisa internacionais, com o objetivo de alcançar progressos significativos na ciência, transcende o simples aumento de parcerias. Essa interação é um dos reflexos da adaptação a uma série de dinâmicas contemporâneas, uma delas o próprio capitalismo acadêmico que discutimos. Este conceito, embora teórico em sua essência, possui implicações práticas e foi explorado pelos pesquisadores norte-americanos Sheila Slaughter e Gary Rhoades em seu trabalho "Capitalismo acadêmico e a nova economia", publicado em 2004.

Os autores destacaram que as instituições de ensino superior nos Estados Unidos estavam cada vez mais se envolvendo em atividades lucrativas, buscando recursos externos e estabelecendo colaborações com o setor privado. Este fenômeno, de acordo com eles, estava reconfigurando o ensino superior, com universidades operando cada vez mais como corporações, em detrimento de seu papel como instituições tradicionais de aprendizado. Esta tendência, inicialmente observada nos Estados Unidos, se globalizou, alcançando inclusive as universidades brasileiras, que adotam práticas semelhantes em um esforço para se manterem competitivas e relevantes no cenário acadêmico internacional.

Esta é a lógica que parece ter permeado diversas organizações, incluindo as responsáveis pela elaboração dos *rankings* internacionais anuais de universidades. A missão dessas empresas é prover informações e diretrizes para uma ampla gama de públicos interessados no ensino superior, com potencial para influenciar decisões de estudantes, políticas públicas, investimentos privados e a visibilidade internacional das universidades.

Destacam-se entre essas instituições, a *QS World University Rankings*; *Times Higher Education World University Rankings (THE)*; *Academic Ranking of World Universities (ARWU)*; *Center for World University Rankings* e *SCLmago Institutions Rankings*. O *Quacquarelli Symonds World University Rankings (QS)*, tem origem no Reino Unido e avalia instituições de ensino superior em todos os continentes utilizando uma série de critérios que incluem a reputação acadêmica e do empregador, a proporção de alunos por docente, as citações por docente, a proporção de docentes e estudantes internacionais, redes internacionais de pesquisa e a empregabilidade.

Outro *ranking* também utilizado por instituições brasileiras, é a *Times Higher Education (THE)*, localizado no Reino Unido, julga as universidades de pesquisa intensiva em todos os critérios de ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. O *Academic Ranking of World Universities*, publicado pela Universidade Jiao Tong de Xangai (China), avalia as universidades principalmente com base em publicações em inglês, número de prêmios Nobel na instituição, impacto das citações de artigos, fundos destinados à pesquisa, relação do número de discentes por docente, número de docentes estrangeiros e questionário aplicado a acadêmicos de alta reputação.

O *Center for World University Rankings*, grupo de consultoria dos Emirados Árabes Unidos, publica outro *ranking* que avalia as universidades em uma variedade de critérios, incluindo qualidade de ensino, oportunidades de emprego para graduados, e contribuição para a ciência. Por fim, o *SCLmago Institutions Rankings*, é um *ranking* espanhol que avalia as universidades com base em indicadores de pesquisa, inovação e impacto social.

Observa-se que todas as instituições mencionadas, responsáveis pela elaboração de *rankings* internacionais de universidades, estão situadas em nações com predominância econômica, com destaque para as duas mais usadas localizadas no Reino Unido. Esta configuração é uma manifestação da ordem global estabelecida para o ensino superior, onde instituições membros de organismos econômicos, como o Banco Mundial, delineiam a performance ideal de uma universidade internacionalizada. Estas universidades são consideradas aptas para atender às demandas do mercado global e da pesquisa acadêmica mundial, refletindo a intersecção entre a academia e a economia global em um cenário cada vez mais competitivo e interconectado.

Contudo, é importante ressaltar que as noções competitivas estão intrínsecas em todos os critérios desses *rankings*. Aspectos como impacto de citações, rede internacional e até pontos por Prêmio Nobel são considerados. Se tais categorias se tornarem primordiais para orientar a pesquisa brasileira no futuro, a universidade estatal do Brasil poderá se transformar em uma nova universidade. Esta nova configuração, focada em atender aos aspectos específicos desses rankings, pode não priorizar adequadamente as demandas locais.

Estes *rankings* desencadeiam uma corrida por números, publicações, citações, parcerias e financiamentos, entre outros indicadores, que se destacam na rotina específica do trabalho científico. O acadêmico, que simultaneamente realiza pesquisas, leciona e desempenha funções administrativas, é submetido a essa pressão que não é de natureza acadêmica. Estas são razões fundamentais para que a pesquisa nacional resista à imposição de paradigmas científicos estrangeiros, mantendo sua autenticidade e relevância.

No cerne deste cenário, a Universidade de São Paulo² (USP) alcançou o primeiro lugar na América Latina no *QS World University Ranking* de 2023, tornando-se a primeira instituição brasileira a entrar para a lista das 100 melhores universidades do mundo. Este feito nos traz à tona uma crítica pertinente sobre a competição acirrada entre as universidades para se destacarem nesses rankings.

Segundo Thiengo, Bianchetti e De Mari (2017, p. 508), os rankings acadêmicos são mecanismos de avaliação externos que influenciam as instituições de ensino superior com base em padrões e medidas fundamentados na excelência, na concorrência, na internacionalização e na produção científica. Esses mecanismos têm repercussões significativas na governança universitária, modificando condutas estratégicas e influenciando políticas públicas e privadas. Isso pode criar possíveis desigualdades e padronização entre as universidades, negligenciando áreas de necessária investigação científica que não se enquadram nos indicadores dos *rankings* ou de valor econômico.

A lógica capitalista que permeia esses *rankings* se manifesta no processo de avaliação, que se baseia em indicadores globais, tais como produção científica, qualidade do ensino, reputação e internacionalização. Esses elementos são transformados em estatísticas, um processo conhecido como "benchmarking" (Knight, 2016, p. 2). Conforme a autora destaca, esses indicadores são empregados para comparar e classificar as universidades em *rankings* nacionais e internacionais, acirrando a vida de professores-pesquisadores e estudantes para mais a competição entre seus pares.

A entrada das universidades estatais brasileiras nesses sistemas de competição não foi espontânea, mas guiada por questões políticas e econômicas. Segundo Dourado (2000), a Reforma do Estado brasileiro, iniciada da década de 1990 e continuada posteriormente, visava a modernização e eficiência da administração pública, seguindo os ditames neoliberais. Isso impactou a educação superior brasileira, que passou por expansão, diversificação e avaliação para aumentar a qualidade, competitividade e sua internacionalização.

Os *rankings* internacionais acadêmicos têm levado as universidades brasileiras a se adaptarem aos seus critérios. Segundo Santos e Almeida (2013), as políticas neoliberais da Reforma do Estado no Brasil contribuíram para participação das universidades públicas nesses *rankings*. As universidades se ajustaram às demandas do mercado e do "mercado do conhecimento", sendo avaliadas por padrões externos de excelência e qualidade. Ristoff e Giroux (2014) argumentam que essa lógica pode ter um lado positivo, incentivando a produção científica e a cooperação internacional, mas também pode levar a outras consequências, como a perda da autonomia universitária, a desigualdade entre instituições e a desvalorização das funções sociais do ensino superior.

Nesse processo, as universidades brasileiras têm aumentado sua presença em *rankings* internacionais, como o Times Higher Education (THE), que avalia mais de 1.600 instituições globais. Em 2021, o Brasil dobrou sua presença de 14 para 27 universidades, majoritariamente públicas³. Contudo, nenhuma delas figurou entre as 200 melhores, sendo a Universidade de São Paulo (USP) a mais bem colocada, na faixa⁴ de 251-300.

Assim está o ciclo do capital na academia brasileira, onde a protoforma do capitalismo acadêmico está em todos os níveis de trabalho científico. Embora nem todos os trabalhos estejam presos a esse sistema, a nova universidade estatal brasileira avança rapidamente para uma competição nos *rankings* nacionais e internacionais. Paralelamente, o Estado não soluciona questões como reajuste da remuneração de professores, técnicos administrativos, novos concursos para expansão de equipes docentes e técnicas, entre outros aspectos do financiamento e estrutura, temas vitais para futuras discussões.

INCOMPATIBILIDADE COM A EMERGÊNCIA CIENTÍFICA BRASILEIRA

Como discutido anteriormente, a maior parte da produção científica no Brasil ocorre em universidades públicas, responsáveis pela formação de profissionais aptos a lidar com desafios significativos, como pandemias, exploração de recursos naturais e formulação de políticas públicas. Esses profissionais, reforçam a necessidade de investimento nas universidades públicas. Contudo, a realidade desde 2016 contradiz essa necessidade. A partir desse ano, a educação e a ciência enfrentaram cortes orçamentários expressivos, que se agravaram em 2018. Essa diminuição contínua do financiamento culminou no fenômeno conhecido como “fuga de cérebros”, com pesquisadores qualificados deixando o país em busca de oportunidades profissionais e acadêmicas no exterior.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), há uma estimativa⁵ que 35 mil pesquisadores brasileiros estejam no exterior, enquanto no Brasil, a comunidade científica enfrenta uma década de redução de investimentos e aumento do desemprego, com 63 mil doutores atualmente sem emprego. O estudo mostra que, de 2014 a 2017, o número de brasileiros com doutorado aumentou 36,1%, de 168.677 para 229.732. Contudo, a quantidade de doutores sem emprego formal em sua área de especialização cresceu ainda mais, 53,6%, de 41.406 para 63.603, no mesmo período.

Em vez de focar em estratégias para solucionar o desemprego entre cientistas brasileiros, como a criação de programas de investimento em pesquisa e a expansão de instituições federais de ensino e pesquisa, o governo federal optou por lançar o Programa de Atração e Fixação de Pesquisadores para Inovação e Desenvolvimento Científico – Conhecimento Brasil. Este programa, um dos dez prioritários do Plano Anual de Investimentos 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), busca repatriar pesquisadores que realizaram pós-graduação no exterior e não retornaram ao Brasil, oferecendo bolsas mensais de R\$13 mil para doutores e R\$10 mil para mestres, num investimento total próximo de 1 bilhão de reais.

Durante o anúncio da repatriação de pesquisadores, não surgiram programas equivalentes para enfrentar a crise na pesquisa brasileira, visando reter cientistas no país e evitar que abandonem suas áreas de estudo. Esta situação reflete não só a negligência do Estado brasileiro com a ciência nacional, mas também a predominância do capital financeiro na organização do trabalho científico, favorecendo aqueles que se alinham aos ditames do capitalismo. Isso desvia o foco da produção científica baseada em soluções inovadoras que atendam não apenas ao lucro, mas também às necessidades contínuas da sociedade civil.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos aprimorar a compreensão e a lógica dos significados e conexões que moldam a universidade estatal brasileira no contexto de avanços neoliberais. Recorrendo aos teóricos da economia política e da educação, buscamos elucidar como o capitalismo acadêmico se desencadeou na história recente do ensino superior e como essa lógica permeou as universidades brasileiras, iniciando-se com a reforma administrativa do Aparelho do Estado no ano de 1995 e continua se fazendo com base na sua lógica de reduzir a esfera pública.

Exploramos elementos do capitalismo acadêmico, como a crescente mercantilização do conhecimento, resultando em aumento no volume de patentes. Discutimos o intricado domínio dos *rankings* acadêmicos internacionais, que, além de se fundirem com o capitalismo acadêmico e a mercantilização do trabalho intelectual, intensificam a competição científica entre acadêmicos. Em meio a essas questões, nossa crítica focou em alertar, por meio de notas teóricas e reflexões, sobre a ordem causal dos fenômenos e evidências, visando uma interpretação menos celebratória e mais crítica dos *rankings* das instituições de ensino superior.

Nesta análise, discutimos sucintamente como o entendimento das razões do trabalho intensificado na produção de conhecimento pode emergir como uma contramedida à competição e submissão da universidade estatal brasileira à corrente global de excelência. Entendimento que não desvaloriza o papel pragmático das instituições na necessidade legítima de cultivar relações diplomáticas, fomentando e promovendo a troca de conhecimento e internacionalização das instituições e seus pesquisadores.

Assim, a universidade brasileira, tal como o ornitorrinco na visão de Oliveira (2003), é uma entidade híbrida e paradoxal. Originada de influências europeias, metamorfoseando-se ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais e políticas do Brasil. No entanto, como um ornitorrinco, a universidade brasileira é uma instituição que se encontra parada num processo evolutivo, *as mudanças existem para tudo continuar como está*.

Esta universidade, em sua busca incessante pela excelência acadêmica, se encontra pressionada a se adaptar ao modelo global de ensino superior. Este modelo prioriza a pesquisa avançada e a competitividade internacional. No entanto, ao tentar equilibrar este objetivo com o compromisso de servir à comunidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, muitas vezes negligencia as necessidades e contextos locais.

A situação da universidade é comparada à do ornitorrinco, um animal que, apesar de ter a mesma formação há 5 a 13 milhões de anos e compartilhar 86% de seus genes com o cão, o homem, o cavalo, répteis, etc., encontra-se num impasse evolutivo. Segundo Helgen (2022), o ornitorrinco não evoluiu para nenhum ser existente e se adaptou aos mais variados estágios da evolução da vida no planeta. A tese de Oliveira (2003) sugere que a formação social e econômica do Brasil e suas instituições também se encontram neste impasse evolutivo. O atraso e o moderno são indissociáveis, e quando há um avanço no moderno, ele ocorre em razão de um recuo do atrasado.

ACADEMIC CAPITALISM AND THE ALIENATING COMPETITION BETWEEN TEACHER-RESEARCHERS
IN HIGHER EDUCATION RANKINGS

ABSTRACT: This article explores the influence of the logic of academic capitalism and international rankings on the structure and functioning of Brazilian higher education. It analyses the growing commodification of knowledge and the intensification of scientific competition, phenomena that are driven by financial dominance. The study highlights the centrality of large academic publishers in the global publishing market and explores their intrinsic relationship with academic rankings. The article concludes that financial dominance is progressively inserting Brazilian state universities into the circuit of academic capitalism, challenging their institutional autonomy and alienating their researchers under the intensification of labour for the production of knowledge.

KEYWORDS: Financial Predominance; Academic Rankings; Brazilian University.

EL CAPITALISMO ACADÉMICO Y LA COMPETENCIA ALIENANTE ENTRE PROFESORES-
INVESTIGADORES EN LAS CLASIFICACIONES DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN: Este artículo explora la influencia de la lógica del capitalismo académico y de las clasificaciones internacionales en la estructura y el funcionamiento de la enseñanza superior brasileña. Analiza la creciente mercantilización del conocimiento y la intensificación de la competencia científica, fenómenos impulsados por el dominio financiero. El estudio destaca la centralidad de las grandes editoriales académicas en el mercado editorial mundial y explora su relación intrínseca con las clasificaciones académicas. El artículo concluye que el dominio financiero está insertando progresivamente a las universidades estatales brasileñas en el circuito del capitalismo académico, desafiando su autonomía institucional y alienando a sus investigadores bajo la intensificación del trabajo para la producción de conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Predominio Financiero; Rankings Académicos; Universidad Brasileña.

NOTAS

1 - Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil> Acesso em: 25 ago. 2023.

2 - JORNAL DA USP. Pela primeira vez, uma universidade brasileira está entre as 100 melhores em ranking. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/pela-primeira-vez-uma-universidade-brasileira-esta-entre-as-100-melhores-em-ranking/> Acesso em: 4 abr. 2024.

3 - USP cai em ranking internacional de universidades, mas Brasil aumenta participação em lista. OLIVEIRA, E. G1, 08 jun. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/08/usp-cai-em-ranking-internacional-de-universidades-mas-brasil-aumenta-participacao-em-lista.ghtml> Acesso em: 13 mar. 2024.

4 - Brasil amplia participação em ranking internacional de universidades, mas fica fora dos 200 melhores. Folha de S. Paulo, 11 set. 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/brasil-amplia-participacao-em-ranking-internacional-de-universidades-mas-fica-fora-dos-200-melhores.shtml> Acesso em: 13 mar. 2024.

5 - BRASIL. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fixação de pesquisadores no país: nota do CNPq. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/fixacao-de-pesquisadores-no-pais-nota-do-cnpq>. Acesso em: 3 maio 2024.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G.; SALMI, J. O caminho para a excelência acadêmica: A criação de universidades de pesquisa de nível mundial. **Washington, DC: Banco Mundial**, 2011.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014.

BIANCHETTI, L; ZUIN, A. S. FERRAZ, O. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital**. Salvador: Edufba, 2018.

BLUME, S. Transfer sciences: Their conceptualisation, functions and assessment. Prepared for the Consequences of the Technology Economy Programme for the Development of Indicators', **OECD**, Paris. 2-5 July, 1990.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Dados Abertos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A evolução recente do emprego de novos doutores no setor privado não educacional brasileiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/radar/temasradar/ciencia-tecnologia-2/14815-a-evolucao-recente-do-emprego-de-novos-doutores-no-setor-privado-nao-educacional-brasileiro>. Acesso em: 9 maio 2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FARGONI, E. H. E.; JÚNIOR, J. dos R. S.; CATANI, A. M.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 69, p. 109-132, 2000.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GEUNA, A.; NESTA, L. University Patenting and its Effects on Academic Research: The Emerging European Evidence. **SPRU**, University of Sussex, 2004.

HAZELKORN, E. Reflexões sobre uma década de classificações globais: O que aprendemos e questões pendentes. **Beitraegezur Hochschulforschung**, Munique, v. 49, n. 1, p. 12-28, 2013.

HELGEN, K. Stunning breakthrough: the platypus and echidnas came from the South Pole. **Australian Geographic**, 29 mar. 2022.

KISHI, N. How does policy focus influence scientific research? **Science and Public Policy**, v. 47, n. 1, p. 114-124, 2020.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, 2004.

KNIGHT, J. Rankings, ratings and benchmarking: what they mean for institutional strategies and internationalization. **International Higher Education, Boston**, n. 82, p. 2-3, 2016.

MARGINSON, S. **Higher education and the common good**. Melbourne: Melbourne University Press, 2016.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEYER, M. Academic patents as an indicator of useful research? A new approach to measure academic inventiveness, **Research Evaluation**, 12(1): 17-27, 2013.

MOREIRA, E. et al. The rise of hyperprolific authors in computer science: Characterization and implications. *Scientometrics*. v. 128(5), p. 2945-74. 15 mar. 2023.

MURRAY, F.; STERN, S. Quando as ideias não são gratuitas: o impacto das patentes na pesquisa científica. In.: **Innovation Policy and the Economy**, Josh Lerner and Scott Stern, editors, MIT Press, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

PAULANI, L. **Brasil Delivery: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RISTOFF, D.; GIROUX, H. Rankings acadêmicos na educação superior: tendências e desafios para as universidades brasileiras. **Avaliação (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 625-646, 2014.

SALMI, J. O desafio de criar uma universidade de classe mundial. Colômbia: Mayol (BM), 2009.

SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JR, J. R. **The new brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?** Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JR., J. R.; FARGONI, E. H. E. Mundialização da educação superior: notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 35-49, 2019.

SILVA JR, J. R. Rankings, trabalho do pesquisador e capital financeiro. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e266708, 2023.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism and the new economy: market, State and Higher Education**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2004.

THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L.; DE MARI, C. L. Rankings acadêmicos e universidades de classe mundial: relações, desdobramentos e tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-526, abr./jun. 2017.

EVERTON HENRIQUE ELEUTÉRIO FARGONI: Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação e pedagogo pela UFSCar. Professor e Pesquisador do grupo em economia política da educação e formação humana (GEPEFH/UFSCar). Pesquisador do eixo de pesquisa "Produção de conhecimento" da Rede Universitas/BR.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126>

E-mail: evertonfargoni@gmail.com

JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR: Livre Docente (USP). Professor Titular do Departamento de Educação (UFSCar). Pós-doutor em Economia (USP e University of London). Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Administração (PUC-SP). Professor visitante da Arizona State University (EUA). Pesquisador do CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2667-0371>

E-mail: jr@ufscar.br

FARGONI, E. H. E.; JÚNIOR, J. dos R. S.; CATANI, A. M.

AFRÂNIO MENDES CATANI: Livre Docente em Educação e Professor Titular da Faculdade de Educação da USP. Mestre e Doutor em Sociologia (USP), graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-Doutorado na Middlesex University London. Professor visitante na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), campus de Duque de Caxias. Pesquisador do CNPq.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0656-3931>
E-mail: amcatani@usp.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).